

Uma Questão de Filosofia da Lingüística
Jorge Campos

A linguagem natural humana é um fenômeno cuja complexidade tem sido identificada ao longo da história de especulações, das tradições gregas e hindus até hoje. Trata-se de um conjunto de propriedades multiformes, desde a constituição de um simples fonema até a macro-organização de intrincados discursos. Além disso, a nossa linguagem enraíza-se numa rede de impressionante relações com objetos tão heterogêneos quanto o cérebro, a mente, a cultura, a comunicação, a sociedade, etc. Provavelmente por esse motivo, assumido como objeto de investigação, a linguagem natural tem possibilitado abordagens tão díspares como a gramática normativa, a filosofia, o comparativismo, o estruturalismo lingüístico, behaviorista ou social, o programa de pesquisa gerativista, para ficar entre os mais conhecidos.

Consideremos Saussure (1916), Bloomfield (1933), Chomsky (1955/1995) e Montague (1974), quatro parâmetros diferenciados e típicos na história mais recente da teoria da linguagem, para uma tentativa de gerar um quadro elucidativo das diversas direções metodológicas e seus fundamentos, ao nível do que se poderia chamar *Filosofia da Lingüística*.

Saussure (1916) representa, na abertura do século XX, uma expressiva contribuição à definição metodológica e teórica da ciência da linguagem. Ele desloca o ponto de investigação da própria concepção comparativista e historicista em que ele foi formado para uma noção de linguagem centrada sobre a idéia de estrutura. Assumindo a perspectiva de uma lingüística enquanto ramo da Semiologia e da Psicologia Social, Saussure desenha um conceito de língua (*langue*) como sistema de signos, socialmente determinado pela prática histórica dos indivíduos (*parole*). Língua e fala constituem a dicotomia fundamental através da qual Saussure separa o essencial do acidental e focaliza o objeto primeiro da teoria lingüística. Provavelmente inspirado na noção de fato social de Durkheim, ele delinea metodologicamente a teoria da linguagem rumo à investigação do sistema abstrato, construção social em última instância, assentada sobre o papel representacional dos signos em suas relações recíprocas. Por esse ângulo, Saussure concebe a linguagem humana como algo enraizado na mente coletiva, mediante a ação objetiva das comunidades que compartilham aquele sistema simbólico. A linguagem é, então, um instrumento estruturado a serviço da comunicação social. É um objeto, na percepção saussuriana, possibilitado, de um lado, pela natural disponibilidade fisiológica humana para a fala, e, de outro, pela realidade social externa a cuja organização o sistema lingüístico é, em certa medida, subserviente.

Bloomfield (1933) caracterizou uma influente proposta de teoria lingüística, na primeira metade do século, em que a investigação sobre a linguagem humana se desenvolvia dentro de um quadro científico fornecido pela Psicologia Behaviorista, tal como defendida por pessoas como Weiss, de quem Bloomfield reconheceria, explicitamente, a pesada influência. Bloomfield, como Weiss, acreditava na possibilidade de uma lingüística como disciplina autônoma, cujo estatuto científico fosse garantido pelo mecanicismo objetivista dos mesmos princípios que estimulavam o behaviorismo na

Psicologia. A idéia básica era a de que se pode interpretar o comportamento humano ao nível biofísico, em que tudo se deve a uma relação interna de respostas do indivíduo aos estímulos externos, e ao nível biosocial em que os estímulos de um indivíduo, lingüísticos, por exemplo, provocam respostas em outro, caracterizando o comportamento comunicativo que é produzido no âmbito social. Bloomfield, obviamente, descartava aspectos mentais subjetivos, apelo à consciência, semânticas internas, enfim, tudo que pudesse ameaçar os alicerces observáveis, compatíveis com os ideais de ciências naturais recomendadas pelo positivismo na época.

Chomsky (1955) provocou mais uma verdadeira convulsão metodológica na lingüística, ao aderir, na década de 50, ao movimento crítico contra os alicerces mecanicistas do behaviorismo, em nome do cognitivismo emergente sustentado pelas novas perspectivas abertas, especialmente pela computação. E, mais uma vez, a teoria da linguagem se viu determinada pelo paradigma das ciências naturais, agora, porém, sob a inspiração de um empirismo mais abstrato e sofisticado, compatível com a matematização crescente em áreas como a Física, Química e Biologia. O naturalismo americano já podia se estabelecer em níveis mais promissores com as investigações não-dualistas sobre o eixo cérebro-mente. Chomsky (1955), de fato, começou pela via do formalismo mais independente, dotando a teoria da gramática de um mecanismo de regras recursivas capazes de gerar as infinitas construções lingüísticas permitidas pelo sistema. Pouco tempo depois, articulou, dentro das expectativas da época, a sua concepção de lingüística aos propósitos da promissora Psicologia Cognitivista propugnada por teóricos como G. Miller que reconheceu em Chomsky, de imediato, um dos ícones da geração anti-behaviorista. Chomsky, desde o início, representou um dos mais devastadores ataques a dois movimentos da tradição lingüística. Ao defender a concepção de que a linguagem é uma propriedade de sustentação genética, uma espécie de órgão do cérebro-mente, determinada num módulo especializado por uma forma de gramática universal, Chomsky desferiu, duplamente, contra os pilares da tradição behaviorista e, concomitantemente, contra as bases da concepção social da linguagem. Era uma nova perspectiva metodológica para os ideais da lingüística científica que se abria. Chomsky, motivado por um estilo à Galileu e reinterpretando o racionalismo cartesiano, tornava possível o casamento da tradição empírica de descritivismo lingüístico com as exigências próprias dos emergentes. A sintaxe seria, evidentemente, o componente privilegiado. Aliás, na esteira russelliana, tudo o que pode ser descrito está nos limites da forma, o que equivale a dizer, na perspectiva de Chomsky, tudo o que é relevante é, de algum modo, sintaxe. O programa gerativista que se abriu, então, na década de 50, foi, e continua sendo, um dos que mais impacto provocou na história da lingüística, reabastecido, com certeza, pela notável longevidade teórica de Chomsky. No presente momento, o programa minimalista, inspirado em leis de economia e de otimalidade computacional, proposto em Chomsky (1995) como um roteiro frutífero de investigações, já traz expressivos resultados para a lingüística como ciência natural especial.

Montague (1974) representa o primeiro programa de investigação da linguagem natural de grande repercussão que rompe com a tradição de enraizar a Lingüística no interior da Psicologia e, conseqüentemente, como um ramo das ciências naturais. Para Montague, a linguagem natural humana não se distingue essencialmente de uma linguagem artificial construída. Exatamente por isso, é possível investigá-la dentro de uma disciplina formal como a Lógica e a Matemática. Montague assume, como Chomsky (1955) fez, a hipótese de descrever a estrutura da nossa linguagem mediante formalismos precisos, que

permitam explicitá-la sintaticamente. O ponto central de divergência com o programa gerativista, entretanto, está no fato radical de que, sem assumir posições mentalistas, Montague não privilegia a sintaxe nem lhe concede a autonomia que Chomsky lhe atribui. Para Montague, sintaxe e semântica representam componentes da teoria da linguagem a serem construídos de maneira integrada em uma interface explicitamente isomórfica. Mas, em última instância, é a semântica que dirige a direção do processo, impondo restrições sobre a sintaxe subserviente, então, ao complexo formal. Trata-se, por exemplo, na Semântica de Montague, de assumir o princípio fundamental da composicionalidade em que o sentido da estrutura molecular é uma função do sentido das estruturas atômicas que a compõem. Isso, evidentemente, não se estabelece apenas ao nível lexical, mas ao nível da organização sintática, da ordem dos componentes que constituem tal organização. A explicitação formal do significado, portanto, depende, primeiro, da determinação de sua sintaxe, tendo em vista a posterior interpretação ao nível semântico. Montague opera com a semântica das línguas naturais dentro dos padrões usados pela semântica da Lógica, em última análise, com a teoria de modelos, na tradição aberta por Tarski, de significado enquanto equivalente à noção de condições-de-verdade. Na inspiração declarada de Frege, o programa de investigação de Montague assume a utilização de dispositivos modais que permitem construir uma semântica intensional onde a interface com a sintaxe seja amigável. Como acontece com o gerativismo, a Semântica de Montague também sobrevive nos dias de hoje, estimulando muitas formas de expansão, como a de Hans Kamp (1993), por exemplo, especialmente pela sua reconhecida potencialidade para implementação computacional.

Dentro desse quadro sintético de direções paradigmáticas diversas, pode-se compreender melhor o lugar e a natureza da teoria da linguagem humana que cada programa assume, se se estabelecem certos fundamentos de Filosofia da Linguística.

De fato, suponhamos que, como na tradição kantiana, o objeto da investigação em si mesmo seja inacessível, só vindo a ser conhecido o conjunto de propriedades que lhe é atribuído já no interior de uma metodologia que o institui como fenômeno de relevância científica. Isso posto, a linguagem humana, objeto construído por uma teoria lingüística será aquilo que a teoria, desde que ela seja assumida como consistente e verdadeira, diz ser o caso. Suponhamos, por exemplo, que a linguagem natural ao longo da história das especulações, no que se poderia denominar teoria do senso comum, seja entendida por três funções essenciais mais básicas:

- a de conhecer
- a de pensar
- a de comunicar

A função cognitiva da linguagem poderia ser caracterizada a partir do complexo informativo de forma e conteúdo, incorporado pelo indivíduo em sua rede interna cérebromente. Tal conjunto de informações, dinâmico por natureza, estaria disponível aos mecanismos inferenciais e comunicativos, exatamente através da linguagem enquanto processo racional tipicamente humano. Tal linguagem ao nível das estruturas genéticas, próprias da nossa espécie, constituiria um módulo específico cuja sintaxe seria, então, caracterizada por princípios universais. Tal base genética, enraizada na neurofisiologia do cérebro, caracterizaria o suporte para as funções representacionais de nível mais alto, mentais, por hipótese, a serviço da função cognitiva da linguagem. O programa gerativista de investigação, tal como proposto por Chomsky (1995), teria mais ou menos a direção

sustentada pelo quadro acima, organizando-se a teoria da gramática como a tentativa de adequada explanação dos princípios universais a partir de adequada descrição das estruturas das diversas línguas em suas intersecções formais. Tal como concebida, a lingüística teria como objeto um fenômeno natural, propriedades do cérebro-mente no módulo da linguagem, para investigar, associando-se às demais ciências naturais, mais especialmente à Psicologia Cognitiva.

Na perspectiva de Montague, anteriormente referida, o cenário ainda seria o da função cognitiva da linguagem, com uma essencial diferença, entretanto. Conhecer não seria assumido como propriedade *interna* de representações, mas como relação sistema simbólico-mundo, de caráter, portanto, *externo* às condições puramente cognitivas. No horizonte montagueano, o conhecimento é objetivo e possui uma natureza apreendida por um sistema representacional, a linguagem, por exemplo, cuja organização é, em si mesma, uma entidade formal pressupostamente construída. Não se poderia dizer, provavelmente, que a base genética da linguagem humana fosse uma hipótese excluída da concepção montagueana; apenas, o que seria mais correto supor é que, para ele, tal base natural não era o objeto essencial de uma semântica da linguagem natural, dado que o fundamental para o conhecimento objetivo estava na forma representacional de a linguagem referir as entidades do mundo.

Saussure e Bloomfield assumiram uma noção de linguagem, supondo-a, essencialmente, subordinada à função comunicativa. Saussure, entendendo a comunicação social como forma de organização e transmissão do conhecimento, e Bloomfield, compreendendo a linguagem como comportamento socializado. A diferença básica, entre eles, está no tipo de metodologia lingüística praticada. Enquanto o sistema de dicotomias saussurianas estava preso a uma concepção de estruturas abstratas, apreendidas das formas de prática social da linguagem, Bloomfield sustentava um descritivismo formal, enraizado em práticas comportamentais observáveis. No primeiro caso, é como se o fato social fosse assumido como primitivo; no segundo, o fato social decorre da ação comportamental dos indivíduos. Daí por que o tipo de Psicologia que subjaz em ambos difere como diferem as áreas sociais das naturais.

Até aqui, parece que os programas de investigação lingüística examinados priorizam as funções ligadas às atividades de conhecer e comunicar. E quanto à relação da linguagem com a propriedade de pensar ou inferir. Ou, em outros termos, o que dizer da forma de raciocinar através da linguagem? Certamente, poder-se-ia sustentar que pensar é uma atividade constitutiva das duas outras mencionadas. Pensa-se para conhecer e para comunicar. Além disso, sabe-se ainda muito pouco sobre a atividade de raciocinar. Ela parece envolver propriedades de sistemas centrais, de consciência, de decisão, entre outras, que acabam por construí-la de uma complexidade inabordável, pelo menos com a desejável segurança. De fato, esse argumento não seria suficiente para justificar a pouca atenção dedicada às formas de pensar lingüisticamente. Se as investigações sobre a natureza do pensamento ainda são embrionárias, não se pode dizer muito diferentemente das teorias cognitivas e da comunicação. Além disso, a adequada abordagem do problema deveria ser invertida. Não se deve supor a existência de teorias da cognição em geral ou da comunicação em geral, para só então admitir-se uma teoria da linguagem naquela interface. Ao contrário, trata-se, como em Chomsky, de tomar-se a possibilidade de investigação do conhecimento da linguagem como instrumento para fazer avançar o conhecimento de outras propriedades cognitivas. Se a linguagem é acessível, por ela se começa. Da mesma forma, a Lingüística pode ser um ponto de referência importante para o desenvolvimento

das pesquisas sobre comunicação. Ainda que outras formas de comunicação mereçam disciplinas especializadas, a linguagem natural ainda é, certamente, o mais típico dos instrumentos de comunicação humana.

Isso significa, em outras palavras, que a teoria da linguagem é potencialmente importante, pelo fato de que o seu objeto é instrumento privilegiado para o desenvolvimento das teorias cognitivas e comunicativas, mais complexas, por hipótese, à medida que envolvem relações de outras naturezas ainda não bem conhecidas. Mas, se isso é assumido como correto, então, justamente porque a propriedade inferencial é cercada de complexidades, modelar uma forma de raciocínio via linguagem pode ser algo promissor e útil.

Referências Bibliográficas:

- BLOOMFIELD, B. (1933) Language.
CHOMSKY, N. (1955) The Logical Structure of Linguistic Theory
----- (1995) The Minimalist Program
MONTAGUE, R. (1974) Formal Philosophy.
SAUSSURE, F. (1916) Cours de Linguistique Générale